

A AMAZÔNIA NO SÉCULO XVI E NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVII

Durante todo o século XVI a Amazônia foi ignorada pelos portugueses que, então, colonizavam a costa leste do Brasil. Nesse século, a presença portuguesa deu-se quase inteiramente dentro dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas.

Foram, sim, conquistadores de outras nacionalidades que percorreram trechos da vasta região amazônica no século XVI. O primeiro deles foi o espanhol Vicente Eañes Pinzón. Ele chegou à foz do rio Amazonas, ao qual chamou *Mar Dulce*, poucas semanas antes de a esquadra de Pedro Álvares Cabral aportar na Bahia. Voltando à Espanha, ele relatou a Pedro Mártir de Angheria sobre a região, que registrou o fato de que haveria ali muito ouro. Começa a se formar a lenda do *El Dorado*, uma terra onde aquele metal precioso seria pavimento do chão. Sua capital seria Manoa. Esse foi um dos grandes mitos da colonização da América.

Foi somente durante o período da união dinástica entre Portugal e Espanha, entre 1580 e 1640, quando o império português foi governado por reis espanhóis, que a Amazônia começou a receber povoamento português.

“Quando os conquistadores espanhóis devassaram o território do atual Peru, tiveram notícia da existência, a leste, de uma região rica em canela. Para explorá-la, organizou-se, em fins de 1539, uma expedição comandada por Gonçalo Pizarro.

Atravessando os Andes e grandes florestas, atingiu, no ano seguinte, o Rio Coca, afluente do Napo. Descendo-os, alcançou Francisco de Orellana, lugar-tenente de Pizarro, o Rio Amazonas e também desceu até o oceano, em 1540-41. Daí seguiu para as Antilhas e depois para a Espanha, com a notícia do descobrimento do mais volumoso dos rios. Nomeado governador das novas terras, perdeu-se na foz do Amazonas a expedição organizada na Europa para o início do seu povoamento.

Frei Gaspar de Carvajal, capelão de Orellana, em relato famoso, deu origem à lenda da existência, nas margens do grande rio, de mulheres guerreiras, donde resultou o nome de Amazonas¹ para todo o seu curso, embora também recebesse as denominações parciais de “Marañon”, em seu trecho hoje peruano e de “Solimões”, daí até a foz do Rio Negro.

Outras lendas de não localizadas riquezas minerais na bacia amazônica determinaram a partida do Peru, em 1559, de nova expedição exploradora, dirigida por Pedro de Ursúa. Na selva, foi esse assassinado por Lope de Aguirre, o famoso Peregrino, que aclamou Príncipe do Peru, em franca rebeldia ao Rei da Espanha, o fidalgo D. Fernando de Guzmán.

Assassinado também este, prosseguiu o aventureiro águas abaixo do Amazonas, chegando à Venezuela, onde novos crimes cometeu, sendo, afinal, executado em 1561.

Por mais de setenta anos não se realizaram outras expedições espanholas no Amazonas. (...)

(in Vianna, Hélio, *História do Brasil*, 13ª edição, 1977, pp. 175-176)

No final do século XVI a Amazônia foi percorrida por europeus de outras nacionalidades: holandeses, ingleses, irlandeses e franceses:

Desde 1595, depois da primeira viagem de Sir Walter Raleigh ao Orenoco, os ingleses demonstraram interesse em estabelecer plantações na Amazônia. Os primeiros, no entanto, seriam os holandeses. Em 1599 eles navegaram sem problemas através do rio Amazonas e estabeleceram dois fortes: Orange e Nassau, no rio Xingu. Começaram a plantar açúcar e tabaco e a estabelecer contato pacífico com os índios. Em 1604 é a vez de os ingleses se estabelecerem no Orenoco e, em 1610, Sir Thomas Roe navega rio Amazonas acima, criando duas colônias na boca do rio. Assim, por volta de 1620, várias povoações de europeus podiam ser encontradas na Amazônia oriental, tais como a dos irlandeses na ilha dos Porcos, a dos ingleses nos rios Jari e Paru, os franceses no Maranhão e os holandeses nos rios Gurupá e Xingu.

(in Souza, Márcio, *História da Amazônia*, 2009, p. 88)

Somente após a expulsão dos franceses do Maranhão, em 1615, por Alexandre de Moura, é que a costa norte do Brasil passou a ser povoada por portugueses. Do Maranhão ele mandou uma expedição ao Grão-Pará para a expulsão dos estrangeiros que lá estavam.

¹ Na verdade, o mito das Amazonas vem da mitologia grega. Um dos doze trabalhos de Hércules foi ter derrotado a rainha delas, Hipólita. Amazonas vem do grego *a* + *mazós*, *sem seio*, pelo fato de que, segundo a lenda, aquelas mulheres decepavam um dos seios para atirarem flechas com mais destreza.

“Encarregou dessa missão Francisco Caldeira de Castelo Branco, que, numa pequena expedição marítima, seguiu costeando de São Luís para o Pará nos últimos dias de dezembro de 1615 e primeiro de janeiro de 1616. Subindo o rio Pará, junto à Baía de Guajará, próximo à embocadura do rio Guamá, fundou o forte do Presépio, origem de Nossa Senhora de Belém, cabeça da nova Capitania que se quis denominar Feliz Lusitânia, mas para a qual, por muito tempo, prevaleceu o nome de Grão-Pará, hoje simplesmente Pará². (...)”

Não foram fáceis os primeiros tempos da nova capitania, onde as relações com os indígenas, boas a princípio, não tardaram a se tornar más. Dissensões entre os próprios colonos assumiram aspecto de crise quando, em 1618, o capitão-mor quis proteger um criminoso³, sendo, entretanto, deposto, preso e substituído por uma junta.

(in Vianna, Hélio, *História do Brasil*, 13ª edição, 1977, pp. 138 e 176)

Os maiores desafios para os portugueses da Nova Lusitânia eram os ataques dos índios tupinambás, instigados pelos ingleses e holandeses:

Em 7 de janeiro de 1619, durante o governo interino do capitão Baltazar Rodrigues de Melo, os tupinambás atacam o Forte do Presépio. Numericamente superiores, os índios travam uma luta renhida para penetrar na fortificação. Os portugueses sentem que o desfecho não lhes será favorável, mas o capitão Baltazar, mesmo ferido, consegue matar com um tiro o chefe Guaimiaba (cabelo de velha), um dos grandes líderes tupinambás. Os índios abandonam a luta e apressadamente somem na floresta.

Os documentos desse período registram a ferocidade da reação portuguesa contra os tupinambás. O governador-geral D. Luís de Sousa dá ao capitão Bento Maciel Parente a incumbência de acabar com os índios rebeldes. A ordem foi executada com tal requinte que, apenas no ano de 1619, os índios que viviam entre a localidade de Tapuitapera, no Maranhão, à boca do Amazonas, foram completamente dizimados. Eram os mesmos tupinambás que haviam recepcionado pacificamente a Francisco Caldeira Castelo Branco, ajudado a erigir o Forte do Presépio e a construir a cidade de Belém.

Em 1623 chega a vez dos outros europeus. O governador de Belém toma os fortes de Orange e Nassau, derrotando forças combinadas de ingleses, franceses e holandeses.

Em dez anos, os portugueses se tornaram os ocupantes indisputáveis da Amazônia e consolidaram sua presença com a criação, em 21 de março de 1624, do Estado do Maranhão e Grão-Pará.

(in Souza, Márcio, *História da Amazônia*, 2009, p. 96)

Assim, Portugal separava o governo do Maranhão e Grão-Pará do governo do Estado do Brasil, criando, na América do Sul, mais uma colônia, com capital em São Luís.

Em 1625, os últimos postos dos holandeses, irlandeses e ingleses, ainda existentes na Amazônia Oriental, são destruídos.

Os holandeses ainda haveriam de atacar, mais uma vez, o novo Estado, em 1641. Invadiram São Luís e o governador-geral Bento Maciel Parente traiu os portugueses e passou para o lado dos inimigos. Todos, porém, foram derrotados e Maciel Parente foi preso e morto.

A presença portuguesa na Amazônia Oriental estava, assim, consolidada.

A conquista portuguesa da Amazônia Ocidental

Em 1637 começa o avanço português para Amazônia Ocidental. Havia sinais de que se aproximava o fim do domínio espanhol sobre Portugal e o governador do Estado do Maranhão e Grão Pará, Jácome Raimundo de Noronha, resolve enviar uma expedição que subiria o Amazonas rumo a Quito, no atual Equador. Sua iniciativa foi por influência da chegada a Belém de dois frades franciscanos que disseram ter navegado pelo grande vale do Amazonas, desde os Andes até ali. Disseram pertencer a uma expedição malograda, comandada pelo capitão Juan de Palácios, que fora morto pelos índios no caminho.

Em São Luís, capital do Maranhão e Grão Pará, o governador soube da chegada dos missionários e organizou uma expedição para o oeste, que deveria tomar posse de territórios, buscando fazer avançar a América Portuguesa e definir os seus limites com a Amazônia espanhola, prevendo que o fim da união dinástica estava próximo. Mandou entregar uma instrução secreta que deveria ser aberta somente no final da viagem.

² Com efeito, *Pará* era o nome que os índios davam ao rio das Amazonas. Ele serviu para nomear a vasta porção oriental da Amazônia, o *Grão-Pará*.

³ Na verdade, era um sobrinho de Castelo Branco, que havia matado a punhaladas o capitão Álvaro Neto, por motivo fútil.

“Confiou o seu comando ao experimentado Pedro Teixeira. De Cameté, no Tocantins, no mesmo ano partiu com 47 grandes canoas, 70 soldados, alguns religiosos e 1200 indígenas. Passando por Gurupá, subiu o Amazonas e o Rio Negro, onde deixou parte da expedição. Depois, do Solimões subiu o Napo e passou a Quito.

De volta, já em 1639, a vinte léguas abaixo da confluência desse último rio com o Aguarico,(...) fundou uma povoação a que denominou Franciscana, que também servisse de baliza aos domínios das duas Coroas (de Espanha e Portugal), conforme as instruções do seu regimento (...) (In Vianna, Hélio, *História do Brasil*, 13ª edição)

Em sua viagem de volta, Pedro Teixeira trouxe consigo os padres Cristóbal de Acuña e André de Artieda, que representavam a Real Audiência e mais alguns missionários da ordem dos mercedários. O padre Acuña vinha com a incumbência de registrar suas impressões sobre a Amazônia Oriental, praticamente desconhecida pelos espanhóis.

“Depois de dar combate aos índios e reconstruir o acampamento (do rio Aguarico, quase destruído pelos ataques dos índios Omáguas), Pedro Teixeira abriu as instruções secretas do governador e cumpriu a misteriosa ordem. Tomando de um punhado de terra, que lançou ao ar, e perante os representantes da Real Audiência, disse que tomava posse daqueles rios e mais terras, rios, navegações e comércios em nome do rei Filipe IV, para a Coroa de Portugal. Os Autos de Posse foram mais tarde registrados na Câmara de Belém. Os limites do domínio português agora se estendem a mil e duzentas léguas da capital do Pará.

No dia 12 de dezembro de 1639, dois anos, um mês e quinze dias depois, Pedro Teixeira chegou a Belém, entre grande regozijo e euforia popular. Uma vez em São Luís, recebe a notícia de que o governador Jácome, idealizador da expedição, tinha sido preso e enviado para a Metrópole, sob a acusação de conspirar contra o domínio espanhol.”

(Sousa, Márcio, *História da Amazônia*, 2009, pp. 100-101)

O início da presença portuguesa no Vale do Rio Negro

A expedição de Orellana, de 1540-41, que descia o Solimões, deixou registrada, por meio de seu cronista, Frei Gaspar de Carvajal, a chegada à foz de um rio de *“água negra como tinta”*, ou seja, o Rio Negro. Os homens de Orellana, contudo, não o subiram. Os primeiros europeus que o fariam seriam os que acompanhavam Pedro Teixeira em 1637, que penetraram seu baixo curso:

“Os povos indígenas do rio Negro (sobretudo os do baixo e médio curso do rio) mantiveram os primeiros contatos diretos com os brancos já no século XVII, principalmente com os portugueses que penetraram no rio Negro à caça de escravos. Nesse período, povos do Alto Rio Negro teriam entrado em contato, via comércio intertribal, com objetos da cultura européia (facas, machados etc.), ou seja, possivelmente já sabiam da existência dos brancos mesmo antes de os terem visto face a face.

Essas referências evidenciam que os portugueses, naquela ocasião, já sabiam que os índios do Rio Negro eram numerosos e desejavam capturá-los para servirem como escravos. Cristóbal de Acuña apontou a presença de doze tribos no baixo curso desse rio, caracterizando-as como “belicosas”. Desde meados do século XVII, em virtude do decréscimo da população indígena do baixo Amazonas, consequência das epidemias de varíola e da escravização, sobretudo dos tupinambás, sobreveio uma enorme carência de braços para o trabalho nas fazendas e na coleta das “drogas do sertão”. Os colonos e missionários de São Luís e Belém passaram, então, a fazer incursões pelo sertão do rio Negro e Amazonas, capturando escravos índios e massacrando os que resistiam: eram as “tropas de resgate” e as “guerras justas”. (...) As primeiras, mandadas para punir tribos hostis que tivessem atacado os europeus sem provocações”, foram encarregadas de capturar e tomar como escravos o maior número possível de índios. Já as guerras justas consistiam em trocar bens europeus por cativos com os chefes de tribos amigas que efetuavam expedições para fazer escravos. Guerras intertribais eram consideradas causas justas, permitindo às tropas oficiais obter cativos nos povoados aliados ou empreender uma guerra de represália contra as tribos hostis. Esses procedimentos foram permitidos por uma lei de 1688 que, inclusive, definia a participação do Estado no financiamento das tropas de resgate.

(FOIRN / ISA, *Povos Indígenas do Rio Negro*, 2006, pp. 73-74)

Com efeito, na primeira metade do século XVII, tais tropas de resgate eram a principal forma de recrutamento da mão de obra indígena. Segundo Monteiro (1992), “as tropas, devidamente licenciadas pelas autoridades régias, em teoria visavam a resgatar índios destinados a ser devorados por seus inimigos. Porém, poucas tropas observavam pontualmente a lei, tornando-se pretextos para a escravização e destruição de inúmeras tribos ao longo dos principais rios da Amazônia. Com o financiamento de comerciantes de Belém ou São Luís, que também se interessavam pelas drogas do sertão, sertanistas especializados organizavam frotilhas de canoas para penetrar os caudalosos rios da Amazônia”. Segundo Monteiro (ibidem), “o Governador Francisco Coelho de Carvalho, por exemplo, ganhou notoriedade enquanto próspero negociante de tapuias, enviados para as capitanias do Nordeste e até para as colônias espanholas”.

Os conflitos entre missionários e as tropas de resgate, financiadas pelos fazendeiros e donos de engenhos, chegaram, em alguns momentos, a tal intensidade que os missionários foram expulsos pelos colonos em

1661 do Estado do Maranhão. Em 1680, uma lei proibiu enfaticamente o cativeiro dos índios, o que levou o fazendeiro Manuel Beckman, em 1684, a depor o governador do Maranhão e a expulsar novamente os jesuítas.

“No governo de André Vidal de Negreiros, em 1657, partiu de Belém uma tropa comandada por Vital Maciel Parente, acompanhada pelos missionários jesuítas Francisco Velloso e Manoel Pires, com destino aos rios Amazonas e Negro. Esta teria sido a primeira entrada portuguesa no Rio Negro. Foram descidos como escravos para o Pará cerca de seiscentas peças (i.e., escravos) para proveito dos particulares.

(FOIRN / ISA, *Povos Indígenas do Rio Negro*, 2006, pp. 73-74)

Na segunda metade do século XVII deu-se a chegada mais intensiva de missionários jesuítas e de apesadores de índios ao Rio Negro. Para dar uma retaguarda militar a tais iniciativas, é fundado em 1669 o forte de São José do Rio Negro, o início daquilo que seria, hoje, a cidade de Manaus.

Muitos escravos foram levados dali para a Amazônia Oriental. Muitos índios foram catequizados, amansados e passaram a viver submissos aos portugueses. Com a forte miscigenação com brancos, origina-se um processo de “caboclição”, que daria à Amazônia uma população e cultura ribeirinhas bastante uniformes, com características próprias, uma autêntica civilização amazônica, falante de uma língua que seria fator de integração e de individualização daquela extensa região do Brasil, a língua geral. Pela Carta Régia de 30 de novembro de 1689, ela se tornava a língua oficial da Amazônia, devendo ser ensinada pelos padres até aos próprios filhos dos colonos portugueses.